

Nossa contribuição ao debate

O ano de 2005 terminou com três boas notícias (interligadas) para os países da América do Sul: o fracasso da ALCA em Mar del Plata, o avanço da construção da Comunidade Sulamericana de Nações e do Anel Energético e a vitória de Evo Morales na Bolívia, o primeiro cidadão de origem indígena a governar o país, despertando a esperança de todos sobre as possibilidades de melhora econômica e social do país e o reforço que isso significava ao projeto de integração del continente. Teoricamente seriam 5 governos de esquerda juntando esforços para construir outro modelo de integração e, desta forma, conseguir uma inserção internacional de outro tipo, capaz de polarizar com os governos dos países centrais e capaz de estreitar relações com outros países em desenvolvimento do hemisfério sul, principalmente nos confrontos na OMC.

No Mercosul houve a boa notícia da adesão do governo e da República Bolivariana da Venezuela como seu membro pleno. Ao mesmo tempo, o conflito entre os governos do Uruguai e da Argentina sobre a instalação das plantas de celulose nas margens do Rio Uruguai aprofundava-se e tomava caminhos perigosos, até chegar em 2006, a uma armadilha cada vez mais sem volta.

2006: A fragmentação dos blocos – O ano de 2006 começou com um acordo de salvaguardas entre Argentina e Brasil, suspendendo temporariamente os conflitos resultantes dos desequilíbrios comerciais. A medida, aparentemente apaziguadora não foi bem recebida pelos países menores, que passaram a protestar cada vez mais contra o que consideram uma política bilateralista excludente dos dois países maiores.

Mas o pior cenário foi o resultante do aprofundamento do conflito das “papeleiras” com o surgimento dos piquetes que bloquearam a passagem da Argentina ao Uruguai, exatamente no período de férias quando um grande fluxo turístico dos argentinos para as praias uruguaias. Com o acirramento do conflito explodiram reações extremamente nacionalistas e irracionais nos dois países, principalmente no Uruguai. O auge da briga ocorreu ao princípio de maio, quando o governo Kirchner entrou com um recurso no Tribunal de Haya e promoveu um ato de grandes dimensões, bem na fronteira, reafirmando que o tema era nacional e não localizado. A reação do governo uruguaio continuou duríssima e em visita a Estados Unidos o presidente Tabaré anunciou a possibilidade de deixar o Mercosul e aproximou-se do governo Bush. Sem dúvida um quadro inusitado e inimaginável há um ano atrás.

Brasil fez tímidas tentativas de mediar a disputa, mas não obteve êxito. Pela primeira vez, as negociações e as instâncias do Mercosul ficaram paralisadas. Nem na crise da desvalorização cambial do real em 1999, ou quando houve a queda do presidente *De La Rúa* na Argentina, isto havia acontecido.

Na Comunidade Andina de Nações -CAN as coisas estão ainda piores porque os Tratados de Livre Comércio -TLCs assinados pelo Peru e a Colômbia, em separado, com os Estados Unidos, tornam impraticável a continuidade do bloco. O anúncio da saída da Venezuela e a possível saída da Bolívia somente termina de enterrar o morto. Os compromissos assumidos pelos dois países para lograr um possível acesso ao mercado consumidor estadunidense os levará a promover mudanças em suas legislações nacionais que tornarão sem efeito boa parte das decisões da CAN (por exemplo o tema da tarifa externa comum, a legislação de patentes, etc.).

O quadro regional tornou-se mais complicado quando Uruguay, Paraguay e Bolívia, com o URUPABOL (criado nos anos 60) e aprovaram um projeto inviável de outro gasoduto. E nos dias subsequentes o Presidente Evo Morales, comandando uma tropa militar, ocupou uma refinaria da Petrobrás na Bolívia y anunciou a decisão de renacionalizar a produção del gás.

A reação do Presidente Lula foi extremamente política, reconhecendo o direito e a soberania da Bolívia na decisão e deixando para a Petrobrás a negociação de soluções . Internamente o governo Lula paga um alto preço pela posição adotada– a oposição e boa parte da imprensa cobram atitudes revanchistas e o acusam de ideologizar a política externa,colocando em risco os interesses econômicos do Brasil. Com o novo endurecimento de Morales durante a Cumbre Presidencial de Viena, o Presidente Lula reagiu duramente e Morales recuou. Finalmente os dois presidentes se sentaram a negociar soluções .

Paralelamente a tudo isto, em Habana, no dia 29 de abril de 2006, Hugo Chávez, Evo Morales y Fidel Castro assinaram o acordo para a Aplicação da Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América e o Tratado de Comercio dos Povos (a ALBA do Presidente Chávez e o TCP do Presidente Morales). O acordo é na realidade uma adesão da Bolívia à Declaração Conjunta assinada no dia 14 de dezembro de 2004, pela Venezuela e Cuba.

A primeira parte, das Disposições Gerais que estabelecem que os três países “elaborarão um plano estratégico para garantir a melhor complementação produtiva...” prevendo intercâmbios tecnológicos, cooperação em educação, comunicação, cultura, saúde, etc.; criação de empresas binacionais no plano comercial, o estabelecimento de Convênios de Crédito Recíproco entre as instituições bancárias designadas a esses fins pelos governos e de mecanismos de compensação comercial de bens e serviços.

Nas outras três partes o Acordo estabelece um conjunto de ações que cada um dos países desenvolverá para promover a integração e na parte final as ações que serão realizadas conjuntamente. A maioria das ações são em favor da Bolívia.

O capítulo “Ações a desenvolver pela Venezuela em suas relações com a Bolívia no marco da ALBA e o TCP” começa anunciando o apoio e o interesse da Venezuela nas medidas de renacionalização dos hidrocarburos (que seria adotada pelo governo Morales dois dias depois).

Com a paralisação das negociações na CAN e no Mercosul, os conflitos cruzados e a fragmentação das decisões, acende-se, no plano político, a luz vermelha para o futuro da Comunidade Sulamericana de Nações. Dificulta sua continuidade. E ninguém sabe o que acontecerá na reunião da CSN na Bolívia, prevista para outubro.

Mas os últimos acontecimentos também complicam as possibilidades no plano econômico e de integração da infra-estrutura. Os eixos do IIRSA e da CSN são a construção de estradas e pontes e a construção do anel energético. Este ultimo começaria pelo gasoduto entre Venezuela, Brasil e Argentina – uma complicada e cara obra de engenharia. A reação do Uruguay, Paraguay e Bolívia propondo outro gasoduto, torna ainda mais irreal a solução. O tema também foi parte da reunião de Porto Iguazu entre Lula, Kirchner, Morales e Chávez, nos primeiros dias de maio, para tratar da renacionalização do gás boliviano. Ao final desse encontro foi anunciado que a Bolívia também entraria no consorcio do gasoduto. Uma decisão não mencionada posteriormente e de duvidosa aplicação pois o gás que vai correr o continente virá direto da Venezuela – não há como Colocar junto o da Bolívia.

Ao mesmo tempo, o governo brasileiro prevê que caso não sejam feitos investimentos no setor energético poderá haver uma nova crise energética em dois anos. Por isto vem sendo trabalhado o projeto de mudança da matriz energética brasileira, aumentando o uso do gás, o que levaria a novos investimentos na Bolívia e o aumento das importações. Com a medida boliviana, a Petrobrás decidiu suspender os investimentos na Bolívia para aumentar a produção de gás e acelerar as obras e investimentos da empresa no Brasil, para aumentar a produção de gás e em dois ou três anos alcançar a auto-suficiência. Ou seja, o gasoduto com Argentina e Venezuela pode não ser mais tão atrativo ou viável. Possibilidade que debilita ainda mais o futuro próximo da Comunidade Sulamericana de Nações .

Estes são os elementos que compõem o quebra cabeças atual. Na realidade nada otimistas. Mas não são problemas insolúveis e boa parte deles dependem de decisões e vontade política de nossos governantes. Não pode ser que a história nos reserve a ironia que sejam os governos de esquerda, que sucederam as administrações neoliberais dos anos 80/90, os que provoquem o retrocesso do processo integracionista na América do Sul.

As negociações econômicas, políticas e comerciais entre os países é uma atribuição dos Estados, que para tal têm que escutar as opiniões e demandas da sociedade organizada. Qualquer associação entre Estados Nacionais leva à perda de soberania entre os sócios. Por isso defendem a criação de organismos supranacionais de representação da sociedade civil, para que essa não perca o que deveria ser sua cota de controle sobre a ação do Estado, que passará a atender aos condicionamentos da associação externa.

Entretanto, em uma situação de crise como esta que vivemos as organizações sociais e políticas, que vêm acompanhando e apoiando a marcha do Mercosul, da CAN e a construção da Comunidade Sulamericana de Nações, vendo nessas iniciativas a possibilidade de consolidação de outro modelo de integração baseado na cooperação e solidariedade. É preciso cobrar decisões e atitudes políticas que ponham o processo em marcha outra vez. Caso contrário, correremos o risco de que o esforço de mais de uma década termine em associações restritas à liberalização comercial gerenciada pelos interesses das transnacionais, sem poder de pressão sobre os organismos e foros políticos e econômicos multilaterais.

A Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul –CCSCS manifestou sua posição com a nota publica que reproduzimos a seguir, abordando esses temas. Porém é necessário que as direções sindicais se envolvam muito mais e que busquem uma conversa franca e política com os governantes do Mercosul, Bolívia, Venezuela e Chile, sobre o quadro atual e as soluções que possam ser adotadas. Nos dias 20 e 21 de julho haverá uma nova Cumbre de Presidentes em Córdoba, Argentina; talvez este possa ser o momento. Mas isto requer conversas previas nos planos nacionais e a apresentação de demandas claras e concretas.

Para contribuir com o debate preparamos este Boletim Temático e selecionamos um conjunto de textos e opiniões que poderão colaborar para uma melhora compreensão do quando atual.

*Redação do Correio Sindical Latinoamericano
24/05/06*

Comunicado Publico da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul

Frente à crise política que atravessa o Mercado Comum do Sul –Mercosul e a construção da Comunidade Sul-americana de Nações – CSN, a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul – CCSCS, expressa publicamente sua posição sobre as seguintes questões:

1 – A crise entre os governos da Argentina e o Uruguai- preocupa-nos cada vez mais a agudização do conflito em torno à instalação das fábricas de celulose na beira do Rio Uruguai, os efeitos que, principalmente nos últimos três meses, vem tendo sobre o Mercosul, tomando rumos cada vez mais perigosos e de difícil retorno e fragilizando as instâncias e mecanismos de resolução dos problemas do bloco.

Neste sentido reafirmamos a posição que tornamos pública, há menos de um mês atrás, quando afirmamos que a dimensão que o conflito alcançou é fruto de uma inadequada gestão do problema por parte dos dois governos e a debilidade das regras definidas e espaços de mediação na estrutura do Mercosul. Seguimos defendendo que as riquezas naturais de nossos países são patrimônio do Mercosul e, tal como estamos fazendo com o Aquifero Guaraní, o tratamento dos conflitos que surjam devem ser tratados pelos órgãos que correspondam e as dissídios intra-região devem ser resolvidos pelo Tribunal do Mercosul.

2. A assinatura dos TLCs com Estados Unidos – Junto com os companheiros e companheiras do Conselho Consultivo Laboral Andino temos denunciado continuamente as conseqüências danosas que a assinatura de um Tratado de Livre Comércio -TLC com Estados Unidos pode ter para os povos de nossos países e para os projetos de construção de uma associação econômica, comercial e política na América do Sul.

Nos opomos firmemente à assinatura dos TLCs, com o formato imposto por Estados Unidos e, com esse, espírito, nos solidarizamos com a classe trabalhadora de Colômbia e Peru e apelamos ao Presidente Tabare Vázquez para que não de continuidade às pretendidas negociações de um TLC ou formatos similares com Estados Unidos, seja pelas conseqüências nefastas que terá para o país, seja pelos efeitos desagregadores que terá sobre o Mercosul.

3. A crise entre Brasil e Bolívia – Apoiamos o povo boliviano em seu direito legítimo e soberano sobre a propriedade e uso racional da energia não renovável de seu país. Além disso, com o mesmo princípio de soberania, avalizamos e compreendemos as decisões do Governo do Brasil para defender os interesses de sua empresa petroleira e os acordos comerciais comprometidos. Conclamamos os dois governos a estabelecer imediatamente a negociação de uma solução que seja satisfatória para ambos países, sem chegar a recorrer aos tribunais arbitrais internacionais, tal como está previsto nos acordos de proteção de inversões.

Acreditamos que esses temas, assim como as agressões políticas inter-cambiadas entre os governos de Peru e Venezuela, devem resolver-se a curto prazo, para não inviabilizar as decisões já adotadas com o objetivo de promover a construção da Comunidade Sul-americana de Nações que permita a unidade de nossos povos.

Temos apoiado todos os esforços para promover a integração solidária e complementar entre nossos países e estamos seguros que isto somente será conseguido se as negociações se desenvolverem com transparência, com o reconhecimento das desigualdades e assimetrias entre os países e, principalmente, se o objetivo primeiro for a promoção do desenvolvimento e mais justiça social em nossa região.

Somos conscientes que nosso continente, principalmente o Mercosul, vive um momento histórico e inédito, com a coexistência de governos de corte democrático e social, respaldados por amplos movimentos sociais. Acreditamos que este deveria ser o melhor momento para avançar na integração que nossos presidentes defenderam desde que foram eleitos e não podemos aceitar que estes governos, que deveriam exercer a vocação integracionista de nossos povos, sejam os “coveiros” de um processo que sobreviveu à demolição neoliberal dos governos anteriores.

Neste sentido, reivindicamos aos governos do Mercosul a realização de uma reunião presidencial, o mais breve possível e proponham aos demais membros da Comunidade Sul-americana de Nações a realização de uma cumbre presidencial para que possa ser recuperada a convivência solidária e que principalmente sejam utilizadas e fortalecidas as instâncias de negociação e decisão nos marcos já estabelecidos.

Da parte do mundo sindical nos dispomos a cooperar no que seja possível para que isto ocorra e insistimos em nosso posicionamento de que a construção de um bloco político e econômico deve ser democrático e transparente e, como tal, é fundamental considerar as opiniões e preocupações da sociedade civil, principalmente dos milhões de homens e mulheres que geram as riquezas de nossas nações e constituem os verdadeiros protagonistas da integração e não espectadores de batalhas diplomáticas distantes das aspirações de unidade de nossos cidadãos e cidadãs.

Mercosul, 05 de maio de 2006

Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul – CCSCS - (CGT e CTA-Argentina; CUT, CGT e FS –Brasil; CUT-Chile; CUT- Paraguay; PIT/CNT-Uruguay)

A Comunidade Sulamericana de Nações continua sendo viável?

Relembrando o que a Comunidade Sul-Americana de Nações – CSN

A Comunidade Sul-Americana de Nações foi lançada na III reunião de Cúpula dos Presidentes da América do Sul, realizada na cidade de Cuzco, Peru, no dia 7 de dezembro de 2004.

O encontro de cúpula em Cuzco assinala a terceira vez em que os presidentes sul-americanos reúnem-se, desde que o Brasil convidou-os para um encontro em 2000 para discutir projetos visando a interligação dos países através de uma rede de estradas, ferrovias e rios, para ampliar substancialmente o comércio na região.

Estará integrada por todos os países sul-americanos, exceto a Guiana Francesa, ainda território francês. A saber: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

A Comunidade Sul-Americana de Nações cobre 17 milhões de quilômetros quadrados, com 361 milhões de habitantes, com um Produto Interno Bruto (PIB) superior a US\$ 973 bilhões (725 bilhões de euros) e exportações superiores a

US\$ 180 bilhões (134 bilhões de euros). São 17 milhões de km², 361 milhões de habitantes e uma economia de US\$ 971 bilhões.

A CSN terá três pernas:

1. Um diálogo político, que prevê a cooperação entre os países-membros em todos os terrenos, até para evitar "a exclusão social";
- 2) O acordo comercial, já assinado em outubro entre o Mercosul e a CAN (Comunidade Andina de Nações), a ser, em tese, estendido à Guiana e ao Suriname.
- 3) A integração da infra-estrutura física da região, que foi por onde começou o processo

A crise Bolívia-Brasil

O presidente da Bolívia, Evo Morales, nacionalizou e ocupou militarmente as reservas, refinarias, dutos e operações de gás e petróleo do país. Morales aproveitou as comemorações do Dia do Trabalho para anunciar o decreto de nacionalização, no campo de San Antonio, explorado pela Petrobras, na região do Chaco boliviano.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve telefonar hoje para o presidente boliviano para tratar dos prejuízos causados ao Brasil pela nacionalização das empresas que possuem refinarias de hidrocarbonetos na Bolívia.

A empresa brasileira tem investimentos de mais de US\$ 1 bilhão na Bolívia e responde por cerca de 45% da produção de gás no país.

Internamente, o governo brasileiro avalia que a atitude da Bolívia não terá efeitos no fornecimento de gás natural para o Brasil no curto prazo. A Bolívia não tem a tecnologia para produzir o gás e os demais derivados e depois exportá-los. Além disso, não há outro mercado para o gás boliviano que não seja seus vizinhos.

Segundo a interpretação do governo, trata-se de uma tentativa, por parte da Bolívia, de aumentar o preço do gás fornecido ao Brasil. Na área política, porém, avalia-se que Morales está encantado com o crescimento de sua popularidade em cima do discurso nacionalista e está cedendo às pressões internas. Valor on line, 02/05/06

Presidente Lula afirma a Morales que paga "alto preço" político interno

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, disse a seu colega boliviano, Evo Morales, que, por mais que defenda a integração sul-americana e a parceria com a Bolívia, não quer mais "uma espada sobre a cabeça", em alusão direta às duras críticas de Evo à Petrobrás e ao

Brasil, feitas em entrevista no dia 11/05 em Viena, quinta-feira, ainda que retificadas no dia seguinte.

Lula reclamou também de que estava pagando um "alto preço" político interno pela questão da nacionalização do gás boliviano em detrimento da Petrobrás. Mas disse que aceitava pagar o preço por entender que a eleição de Evo havia sido muito importante para a Bolívia e que a nacionalização fora promessa de campanha.

O presidente da Bolívia repetiu ao colega brasileiro o que dissera na véspera, ou seja, que tudo não passou de mal entendido, por culpa de alguns meios de comunicação que teriam "tergiversado" as suas declarações.

O brasileiro não engoliu a desculpa, porque ouviu, ele próprio, a gravação da primeira entrevista e ficou profundamente irritado. Tão irritado que chegou a dizer ao venezuelano Hugo Chávez, durante o almoço que compartilharam com outros chefes de Estado, na sexta, que era "um absurdo" o que Evo havia dito na quinta.

Se Chávez interferiu ou não, não se sabe, mas o fato é que o cenário mudou radicalmente de quinta para sábado: ao sair do café da manhã, Evo completou a sua retratação, ao anunciar iminente visita ao Brasil. *FSP 14/05/06*

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1405200602.htm>

Lula rejeita ingerência de Chávez

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva alertou seu colega venezuelano, Hugo Chávez, de que sua ingerência regional prejudica a integração e o projeto de um gasoduto sul-americano, disse ontem o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, no Congresso. O chanceler, em audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado, falou sobre as repercussões da recente nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia. Boa parte de seu discurso girou em torno da influência e do papel do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, na América do Sul. Vários senadores criticaram a presença em uma cúpula presidencial realizada na semana passada na cidade argentina de Puerto Iguazú, na fronteira com o Brasil.

Nessa reunião, convocada por Lula, e que teve a presença dos presidentes da Argentina, Néstor Kirchner; da Bolívia, Evo Morales; além do próprio Chávez, foi discutida a segurança energética regional após a nacionalização do gás na Bolívia, por decreto presidencial de 1º de maio.

No debate, alguns senadores expuseram a tese de que Chávez tenta usar a estatal venezuelana PDVSA para treinar técnicos bolivianos que passariam a operar as instalações de petróleo e gás da filial da Petrobras na Bolívia.

O ministro das Relações Exteriores Celso Amorim reconheceu que Chávez mantém uma "inegável influência" sobre Morales, o que ficou evidente na nacionalização do gás natural decretada por La Paz. Amorim também se referiu à presença de Chávez há duas semanas em uma reunião de presidentes da Bolívia, Uruguai e Paraguai, onde ele fez feitas duras críticas ao Mercosul.

Segundo o chanceler, esse mal-estar foi transmitido de forma "inequívoca" pelo presidente Lula, que disse a seu colega venezuelano que essa postura "colocava em risco não só o gasoduto, mas a própria integração sul-americana".

Chávez é considerado o maior entusiasta da construção de um gasoduto de cerca de 8 mil quilômetros de extensão que ficaria pronto entre 2017 e 2019 e que levaria gás venezuelano ao Brasil, cruzaria o território nacional e chegaria à Argentina.

Celso Amorim, previu ontem "difíceis" negociações em torno do preço do gás natural que o Brasil importa da Bolívia, onde a "agitação política" deve continuar nos próximos meses. O chanceler rejeitou as críticas da imprensa e da oposição pedindo uma atitude mais firme do governo Lula diante da Bolívia. Os senadores também criticaram a presença de soldados bolivianos nas instalações da Petrobras.

Após repassar a história recente do mais pobre país andino, Amorim destacou que "a história da Bolívia foi de complexos de ressentimento e de sofrimento". O ministro defendeu uma

postura compreensiva em relação à Bolívia, país "estratégico para o Brasil". Segundo ele, a ocupação militar das instalações da Petrobras foi só "para criar um clima político".

"Neste governo, a Petrobras atuou com prudência, apesar de toda nossa aproximação com a América do Sul", disse, acrescentando que o decreto de Morales em 1 de maio "dramatizou uma situação" que era gerida desde 2004, pelo menos. Entre 1996 e 2002, a Petrobras investiu US\$ 920 milhões na Bolívia, e, entre 2003 e 2005, apenas US\$ 100 milhões, disse o chanceler.

Esta prudência nos investimentos da Petrobras estava fundamentada nos recentes conflitos em torno da indústria do gás que levaram à queda de vários governos nos últimos anos, disse Amorim. "O problema do gás não é de agora", mas, "apesar de toda essa instabilidade, a Bolívia foi um fornecedor confiável de gás para o Brasil", afirmou o ministro sobre o acordo de fornecimento datado de 1999. *Tribuna da Imprensa, 06/05/06*

Os desafios da política externa e as vulnerabilidades do Brasil

Marco Aurélio Weissheimer

Desafios do Brasil são a redução das enormes disparidades sociais, a eliminação de suas múltiplas vulnerabilidades externas, a construção do potencial do país e a consolidação da democracia em um cenário global instável e violento, defende o secretário geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães.

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores, apresentou, na fria e chuvosa noite de sexta-feira, as linhas gerais da política externa do governo brasileiro, relacionando-as com os desafios internos que o país enfrenta para reverter os altos índices de desigualdade social e o quadro de vulnerabilidade econômica e tecnológica. Falando para um público de cerca de cem pessoas, na reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a convite do mandato do deputado federal Henrique Fontana (PT-RS), o embaixador defendeu a política externa do governo Lula das críticas que recebeu nas últimas semanas, principalmente a partir do episódio da nacionalização das reservas de gás e petróleo na Bolívia. Segundo ele, a repercussão que se seguiu a esse episódio no Brasil foi uma questão de política interna, contaminada pelo cenário eleitoral, e não propriamente de política externa.

Para estabelecer as relações entre as políticas externa e interna, Samuel Pinheiro Guimarães procurou definir aquelas que considera as principais características do Brasil e do mundo hoje. A grande característica da sociedade brasileira, segundo ele, são as disparidades sociais. Disparidades de renda, de gênero, de etnias e entre regiões do país. Lembrou que o Brasil é hoje o país com maior concentração de renda do mundo, com cerca de 14 milhões de pessoas convivendo com a fome e mais de 72 milhões em situação de insegurança alimentar (segundo pesquisa divulgada no dia 17 de maio pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE). O grupo mais afetado por essa situação de insegurança é composto por mulheres negras que vivem no Nordeste, um quadro, assinalou, que resume em um mesmo pacote o conjunto de desigualdades presentes no Brasil. "O programa Bolsa Família é um reconhecimento da importância desse tema", destacou.

Vulnerabilidades externas

Ao mesmo tempo em que milhões de brasileiros enfrentam diariamente o drama da fome, o Brasil possui a segunda maior frota de aviões e helicópteros particulares do mundo. "Alguém aqui possui um avião particular?" – perguntou Guimarães à plateia. "Ninguém, né. Aqui também não tem ninguém que passa fome. Nós vivemos entre esses dois extremos", comentou. Aliada a esta situação de vulnerabilidade social, o embaixador apontou uma outra vulnerabilidade que é definidora do que o Brasil é hoje: a vulnerabilidade externa, econômica e tecnológica. Em relação a esse aspecto, ele apresentou uma resposta aos críticos da política externa do governo Lula e, mais particularmente, das viagens do presidente da República ao exterior. "As viagens do presidente à África, ao Oriente Médio e a outras regiões, criticadas por alguns, tem como um de seus objetivos justamente reduzir esse vulnerabilidade a choques externos através da diversificação dos nossos mercados".

O embaixador citou o caso da febre aftosa, que voltou a atingir o país em 2005, como um exemplo dos efeitos práticos da vulnerabilidade externa. Segundo ele, o impacto da aftosa só

não foi maior na nossa economia pelo fato de a carne não estar entre nossos principais produtos de exportação e também pela diversificação da pauta de exportações e dos seus respectivos mercados. Outro elemento que contribuiu para a redução da vulnerabilidade brasileira, acrescentou, foi o fim dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Mas fez uma ressalva irônica. “Agora falta desinternalizar as idéias (do FMI, obviamente). Quem quiser que me interprete”, brincou. A vulnerabilidade brasileira também é tecnológica. Guimarães citou o recente caso da venda de aviões Super-Tucanos para a Venezuela, inviabilizada pelo governo dos Estados Unidos que não deu a licença para que empresas norte-americanas fornecessem certas peças vitais para o avião.

As Potencialidades brasileiras

“Tivemos aí um negócio de aproximadamente US\$ 250 milhões, inviabilizado por conta de um déficit tecnológico de nossa indústria, que depende de empresas e de governos de outros países para fechar certos tipos de negócios”, observou o embaixador. Ele apontou ainda uma outra face dessas vulnerabilidades, caracterizada pelo déficit que nossas Forças Armadas apresentam para defender adequadamente todas as fronteiras brasileiras. Trabalhar pela superação dessas vulnerabilidades, enfatizou, é um dos principais objetivos do nosso governo e de sua política externa. Uma das condições centrais para que isso ocorra é o desenvolvimento das potencialidades brasileiras, defendeu Samuel Pinheiro Guimarães. “O Brasil possui o quinto maior território do mundo, a décima população e está entre os dez maiores PIBs (Produto Interno Bruto) do mundo. Só três países têm essas características: Estados Unidos, China e Brasil”, resumiu.

Isso faz com que o potencial de longo prazo da sociedade brasileira seja extraordinário. Por isso, apontou, uma das grandes tarefas do governo e do Estado brasileiro é trabalhar para a construção e o desenvolvimento deste potencial. Não é uma tarefa simples, reconheceu. Entre outras coisas, pelo fato de que estes desafios devem ser enfrentados em um ambiente democrático, o que não é nada fácil, considerando as disparidades sociais e regionais que marcam o Brasil. Algumas das críticas desferidas à política externa do governo Lula têm a ver justamente com opiniões divergentes acerca de quais devem ser as linhas estratégicas dessa política. E, em um ambiente democrático, tal diversidade de opiniões é um fator natural e inevitável. Escolhas de prioridades, em um país como o Brasil, dificilmente serão pacíficas. Afinal de contas, cada grupo social organizado vai defender seus interesses. E o imenso potencial da nossa sociedade terá que se desenvolver neste ambiente.

O Estado de coisas do mundo

Mas o desenvolvimento deste potencial também depende do cenário internacional e Samuel Pinheiro Guimarães fez uma rápida avaliação sobre como anda o estado de coisas no mundo. Para ele, uma das principais características deste cenário é a violência e o desrespeito às regras do direito internacional. “Os países mais fortes acham que têm, não somente o direito, mas o dever de impor suas idéias e interesses aos demais países, dizendo como eles devem se organizar e se comportar. Os princípios da auto-determinação e da não-intervenção não são aceitos por estes países e o que vemos hoje é um processo de enorme concentração de poder em nível internacional, em todos os níveis. Só para dar um exemplo, a força militar dos Estados Unidos hoje equivale à força dos dez países seguintes somados”. É neste cenário, que o Brasil procura reduzir suas vulnerabilidades e desenvolver o seu potencial. E os problemas não se reduzem ao poderio político e militar.

Do total de patentes registradas anualmente no mundo, cerca de 90 mil, as empresas norte-americanas registram cerca de 44 mil, ou seja, quase a metade, assinalou. Isso significa uma vantagem competitiva muito grande, pois as patentes significam, entre outras coisas, capacidade de produzir a um custo mais baixo. Um dos resultados do aprofundamento dessa distância entre os proprietários de patentes e os demais é o crescimento da concentração dos mercados, com a formação de oligopólios. O que assistimos hoje, observou ainda Samuel Pinheiro Guimarães, é um imenso progresso científico e tecnológico no centro do sistema e, ao mesmo tempo, uma diminuição da população destes países, especialmente na Europa. A população dos EUA, notou o embaixador, só não diminuiu por causa da imigração. O resultado dessa combinação é uma situação de tensão e instabilidade muito grande no sistema mundial de nações.

O Projeto de integração física da América do Sul

Diante desse cenário, concluiu, a política externa só faz sentido se pretende enfrentar esses desafios e buscar um melhor posicionamento do país no sistema internacional. “Nosso grande desafio é trabalhar para que as regras do sistema internacional sejam mais favoráveis à sociedade brasileira”, resumiu. Neste sentido, a emergência de um mundo multipolar interessa muito ao Brasil, pois aí, a possibilidade de o país desenvolver alianças com outros países é muito maior. Guimarães lembrou os principais pólos que vêm se formando no mundo: América do Norte e América Central, capitaneado pelos EUA; a União Européia (uma estrutura que já conta com uma burocracia de 30 mil funcionários, moeda, parlamento e legislações próprias); a China (país que, há 20 anos, vem crescendo a uma taxa média de 10%, e já se constitui na quarta potência econômica); e a América do Sul, que vem procurando construir um processo de integração física.

O secretário-geral do Itamaraty destacou que essa é uma das prioridades da política externa do governo Lula: a integração física da América do Sul para consolidar um pólo regional capaz de desenvolver a potencialidade de seus países em um mundo multipolar. Ele citou algumas iniciativas que apontam para essa integração: a construção da primeira estrada bioceânica, que vai possibilitar o escoamento da soja brasileira pelo Pacífico (via Peru), a construção da terceira ponte sobre o rio Orinoco (na fronteira com a Venezuela) e o projeto do Gasoduto do Sul impulsionado por Brasil, Venezuela e Argentina. De um ponto de vista mais geral, acrescentou, um dos principais esforços da diplomacia brasileira é a defesa do Direito Internacional, um esforço para que as regras desse direito prevaleçam entre os estados, especialmente os princípios da auto-determinação dos povos e da não-intervenção, particularmente ameaçados nos últimos anos.

Durante sua estada em Porto Alegre, Samuel Pinheiro Guimarães lançou sua mais recente obra, “Desafios brasileiros na era dos gigantes” (Editora Contraponto). No final do primeiro capítulo, ele resume os principais desafios da política externa brasileira em um trecho que oferece uma síntese de sua conferência na capital gaúcha: “Os quatro grandes desafios do Brasil são a redução gradual e firme das extraordinárias disparidades sociais, a eliminação das crônicas vulnerabilidades externas, a construção do potencial brasileiro e a consolidação de uma democracia efetiva, em um cenário mundial violento, imprevisível e instável”. Para ele, qualquer reflexão sobre uma estratégia de desenvolvimento para o país deve levar esses quatro desafios em conta e qualquer política externa digna deste nome deve encará-los como tarefas prioritárias para a defesa dos interesses do país no cenário global e para a transformação das potencialidades brasileiras em uma realidade. *Carta Maior, 20/05/06*

Guerra da celulose chega à Corte de Haia

A Argentina entrou com um processo contra o Uruguai na Corte Internacional de Haia por causa da construção de duas fábricas de papel e celulose, informou ontem o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Jorge Taina. Os argentinos alegam que as indústrias vão poluir o Rio Uruguai, que fica entre os dois países. Buenos Aires também solicitou a suspensão imediata das obras.

O Uruguai contra-atacou. O chanceler Reinaldo Gargano disse que está avaliando a possibilidade de apresentar uma demanda contra as seis fábricas de papel argentinas que ficam às margens do Rio Paraná. A ação também seria apresentada em Haia sob a argumentação de que “são fábricas com tecnologia de mais de 50 anos e contaminam o rio, portanto, contaminam também as águas do Rio Uruguai, já que deságuam nele”, explicou Gargano.

Para Tabaré Vázquez, a polêmica está provocando impacto em toda América Latina, com repercussões na Europa. Ele disse que o presidente Bush estava informado sobre o conflito, fato considerado por Tabaré como indicador de que o tema alcançou uma dimensão internacional.

Em resposta à apresentação da demanda argentina contra seu governo junto ao tribunal internacional de Haia, Tabaré destacou que neste momento, preferiria estar trabalhando com o Executivo argentino no aprofundamento da cadeia agroindustrial madeireira, por exemplo. “É uma pena estarmos nesta situação.”

As fábricas representam o maior investimento privado da história do Uruguai. *O Estado de São Paulo, 05/05/06*

El mapa político del Cono Sur en transformación

Graciela Baquero

El Gran Gasoducto del Sur quedó instalado como un proyecto que unirá toda la Comunidad Sudamericana, pero en él conviven diferentes modelos de desarrollo y de integración. Bolivia y Venezuela acumulan poder.

La semana pasada, una reunión entre Hugo Chávez, Lula da Silva y Kirchner, daba el puntapié inicial al megaproyecto del gran gasoducto que surcará toda Sudamérica, en momentos de emergencia energética mundial.

Al mismo tiempo, y después de haber concretado la firma del Tratado de Comercio de los Pueblos, con Venezuela y Cuba, el gobierno de Evo Morales decide la renacionalización de los hidrocarburos que habían sido privatizados en la década del '90.

Una reunión de emergencia en Iguazú hará que los presidentes de Argentina, Brasil, Venezuela y Bolivia discutan sobre las reglas en las que esta reestatización, que afecta principalmente a la empresa estatal Petrobrás y que compromete la provisión de gas hacia este país, se llevará adelante.

Considerado el antecedente del ALBA auspiciado por Chávez, el TCP sentó las bases de un nuevo tipo de regionalismo, después de que el gobierno de Venezuela anunciara su salida de la Comunidad Andina de Naciones (CAN) esencialmente por la firma de los TLC de Perú y Colombia con Estados Unidos, que afectará las ventajas obtenidas por aquel país en la agrupación andina.

Mientras tanto, en el Mercosur se desatan lo que un europarlamentario de visita en Buenos Aires calificó como "fuerzas centrífugas" a la constitución del mercado común. Argentina y Uruguay inmersas en un conflicto que todavía no se encauzó por canales regionales; el apoyo de las Cámaras Empresarias uruguayas a la firma de un TLC con Estados Unidos; los problemas exacerbados entre Bolivia y los grandes inversores brasileños.

Por otra parte la creación de una suerte de liderazgo alternativo al del Mercosur por parte del Presidente venezolano organizando un proyecto de infraestructura paralelo al ideado con Brasil y Argentina, en una reunión concertada con Uruguay y Paraguay en la que Chávez dejó inaugurado un circuito energético dirigido a los pequeños países del Mercosur. La suspensión de negociaciones bloque a bloque Mercosur-Comunidad Andina hasta tanto se defina la salida o permanencia de Venezuela; la aceleración de los tratados de comercio bilaterales entre Estados Unidos y los países de América Latina, con el avance que ello significa sobre las preferencias ya negociadas entre bloques regionales.

Una agenda pletórica de conflictos, especialmente por la definición de políticas de nacionalización de los recursos naturales en la región, después de la asunción presente y futura (como Ollanta Humala en Perú), de dirigentes de corte nacional en América Latina.

Varios proyectos de integración y modelos de desarrollo que conviven en América Latina, interdependientes desde lo económico, especialmente en lo que se relaciona con la energía, pero sin las coincidencias políticas que se percibían hace sólo algunos meses. El mapa político de la región aún está en transformación. *Mercosur-ABC, 04/05/2006*